

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.119 - RN (2014/0017185-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE** : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**RECORRENTE** : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**PROCURADOR** : RICARDO GEORGE FURTADO DE MENDONÇA E  
MENEZES E OUTRO(S) - RN001665  
**RECORRIDO** : ANTÔNIO JOSÉ ANDRADE NEVES DE OLIVEIRA  
**RECORRIDO** : FRANCISCO DE ASSIS DA CUNHA  
**RECORRIDO** : MARCOS FERNANDO PEREIRA DE AQUINO  
**RECORRIDO** : SARA MARIA GALVÃO  
**RECORRIDO** : MARIA NILZA DE OLIVEIRA MONTEIRO  
**ADVOGADO** : VICENTE BRUNO DE OLIVEIRA MONTEIRO E OUTRO(S)  
- RN007994

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo **Estado do Rio Grande do Norte** e pelo **Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Rio Grande do Norte**, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, assim ementado (fls. 220/221):

*CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINAR DE DECADÊNCIA SUSCITADA PELOS IMPETRADOS. ATO OMISSIVO. PRAZO QUE SE RENOVA A CADA MÊS. REJEIÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 85 DO STJ. PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE MEDIDA LIMINAR CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. EXAME CONJUNTO DE LIMINAR E MÉRITO. PRELIMINAR PREJUDICADA. MÉRITO: IMPLANTAÇÃO DO ACRÉSCIMO PECUNIÁRIO INSTITUÍDO NA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 432/10. TABELA DE VENCIMENTOS. ANEXO I DA REFERIDA LEI COMPLEMENTAR. AUSÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI COMPLEMENTAR FACE AO DISPOSTO NO ARTIGO 169, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. EXCEÇÃO ESTABELECIDADA PELO ART. 22 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE VIOLADO. PRECEDENTES DESTA CORTE. IMPLANTAÇÃO DAS VANTAGENS NOS CONTRACHEQUES DOS IMPETRANTES. POSSIBILIDADE DE IMPLANTAÇÃO IMEDIATA. CONCESSÃO DA SEGURANÇA.*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 266/275).

Sustenta a parte recorrente violação aos seguintes dispositivos legais:

a) arts. 21, 22, parágrafo único, I, e 24 da Lei Complementar 101/2000, ao argumento de que a implementação do reajuste remuneratório previsto na Lei Complementar Estadual 432/2010 importaria à Administração um desequilíbrio entre suas receitas e as despesas com pessoal, uma vez que ultrapassaria o "*limite prudencial*" previsto no referido diploma legal. Nesse ponto, aduzem que (fls. 284/285):

*13. Há, na causa, um conflito entre o interesse particular de servidores, que desejam a implantação de aumentos remuneratórios, contrapondo-se ao interesse estatal, que objetiva, nesse instante, instaurar uma política administrativa direcionada para o reequilíbrio das contas públicas. Sob esse prisma, pertinente invocar o princípio constitucional da supremacia do interesse público, bem assim, o da proporcionalidade. [...]*

Tece, ainda, considerações acerca do princípio da legalidade.

b) arts. 1º e 2º-B da Lei 9.494/1997, que vedam a inclusão de vencimentos em folha de pagamento antes do trânsito em julgado da decisão judicial.

Por fim, requer o provimento do recurso especial, "*para reformar, in totum, o acórdão guerreado, denegando-se a segurança. Ad cautelam, caso mantido o acórdão em sua essência, sua modificação seja, pelo menos, para diferir sua execução para depois do trânsito em julgado*" (fl. 288).

Sem contrarrazões (fl. 296).

Recurso admitido na origem (fls. 297/300).

O Ministério Público Federal, em parecer da Subprocuradora-Geral da República Denise Vinci Tulio, opinou pelo provimento do recurso especial "*para determinar que a execução da sentença seja realizada somente após o trânsito em julgado*" (fl. 320).

**É o relatório. Passo a decidir.**

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016.

Dito isto, o Tribunal de origem afastou a incidência dos arts. 21, 22, parágrafo único, I, e 24 da Lei Complementar 101/2000 ao fundamento de que a parte recorrente não teria se desincumbido de comprovar a extrapolação dos limites com os gastos pessoais, fundamento este que não foi especificamente impugnado nas razões do recurso especial, o que atrai a incidência da Súmula 283/STF, aplicada por analogia.

Acrescente-se a tal que rever tal entendimento demandaria o reexame de matéria fática, o que esbarra na vedação contida na Súmula 7/STJ.

Ademais, segundo jurisprudência desta Corte, os limites previstos nas normas da Lei de Responsabilidade Fiscal, mormente os relacionados às despesas com pessoal de ente público, não são aptos a justificar o descumprimento dos direitos subjetivos do servidor público. Nesse sentido, cito o seguinte julgado:

*ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. EXTENSÃO DO REAJUSTE DE 24% AOS SERVIDORES INATIVOS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO COM FUNDAMENTO NA ALÍNEA B DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284 DO STF. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 21 DA LEI COMPLEMENTAR 101/2000. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DESPROVIDO.*

*1. Trata-se na origem de Mandado de Segurança interposto por Servidores Inativos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pleiteando a extensão de reajuste no percentual de 24% previsto na Lei Estadual Fluminense 1.206/1987, concedido aos Servidores em Atividade.*

*2. O Recurso Especial fundado na alínea b do permissivo constitucional, que em nenhum momento demonstra ter a decisão recorrida julgado válido ato de governo local contestado em face de lei federal, esbarra no óbice da súmula 284/STF. Ocorre que a Emenda Constitucional 45/2004 modificou a*

*alínea b do art. 105, III, para atribuir ao STJ apenas os casos em que se julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal, restando a competência acerca do confronto entre lei local e lei federal conferida ao Supremo Tribunal Federal (art. 102, III, d da CF/88).*

*3. Quanto a ofensa ao art. 21, parág. único da LC 101/2000 (LRF), a alteração das conclusões alcançadas pela Corte de Origem demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.*

*4. Ademais, os limites previstos nas normas da LRF não são aptos a justificar o descumprimento dos direitos subjetivos do Servidor Público, como é o recebimento de vantagens asseguradas por lei. Precedentes: AgRg no AgRg no AREsp. 500.215/AP, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 27.5.2014; AgRg no AREsp. 463.663/RJ, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 26.3.2014).*

*5. Agravo Regimental do ESTADO DO RIO DE JANEIRO desprovido.*

*(AgRg no AREsp 194.353/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 07/06/2016)*

Procede, contudo, a tese de violação ao art. 2º-B da Lei 9.494/1997.

Com efeito, este Superior Tribunal entende que, na forma do referido dispositivo legal, a sentença que determinar a inclusão em folha de pagamento, inclusive a proferida em sede de mandado de segurança, somente pode ser executada após seu trânsito em julgado. Nesse sentido:

*ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. SEGURANÇA CONCEDIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. VANTAGEM PECUNIÁRIA. EXTENSÃO. INCLUSÃO IMEDIATA EM FOLHA DE PAGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE AGUARDAR O TRÂNSITO EM JULGADO DO TÍTULO JUDICIAL. ART. 2º-B DA LEI 9.494/97. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA, REFORMANDO O ACÓRDÃO EMBARGADO, JULGAR PROCEDENTE O RECURSO ESPECIAL.*

*1. "A decisão proferida em desfavor da Fazenda Pública que objetive a liberação de recursos ou a inclusão, em folha de pagamento, de aumento, de equiparação ou de extensão de vantagem a servidores da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, aí incluídas a suas autarquias ou fundações,*

*somente poderá executada após o definitivo trânsito em julgado.*

*Precedentes: EREsp 1.121.578/RN, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, DJe 3/12/2010; e AgRg no Ag 1.218.555/RJ, Relatora Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 10/5/2010" (AgRg no AgRg no Ag 1.351.281/PR, Rel.*

*Min. BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, DJe 6/9/11).*

2. *"Nos termos do art. 2º-B da Lei nº 9.494/97, a sentença que determinar a inclusão em folha de pagamento, inclusive a proferida em sede de mandado de segurança, somente pode ser executada após seu trânsito em julgado" (AgRg no MS 12.215/DF, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Terceira Seção, DJe 6/9/11).*

3. *Embargos de divergência acolhidos para reformar o acórdão embargado e, dessa forma, dar provimento ao recurso especial do Estado do Rio Grande do Norte, a fim de suspender o cumprimento do acórdão estadual recorrido até a verificação do trânsito em julgado do título judicial, no trecho em que se determinou a implantação imediata da gratificação discutida nos autos.*

**(EREsp 1.136.652/RN, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, CORTE ESPECIAL, DJe 27/06/2012)**

**PROCESSO CIVIL. ASTREINTES. FAZENDA PÚBLICA. COBRANÇA RESULTANTE DO DESCUMPRIMENTO DA DECISÃO QUE ANTECIPOU A TUTELA PARA DETERMINAR A PROMOÇÃO DE SERVIDOR. VEDAÇÃO LEGAL (L. 9.494/97, art. 2º-B).**

*Ainda que sejam título executivo, as astreintes não podem ser cobradas antes do trânsito em julgado da sentença de procedência da ação, se a decisão que antecipou a tutela obriga a Fazenda Pública a incluir em folha de pagamento a remuneração decorrente da promoção de servidor.*

***"A sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado" (Lei nº 9.494/97, art. 2º-B).***

*Recurso especial conhecido e provido.*

**(REsp 1.275.584/RR, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA TURMA, DJe 07/03/2013)**

**AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO DE PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. RESTABELECIMENTO DE PARCELA REMUNERATÓRIA ILEGALMENTE SUPRIMIDA.**

VIABILIDADE. ART. 2º-B DA LEI Nº 9.494/97.  
PRECEDENTES DO STJ.

1. *É possível, em regra, o cumprimento imediato da sentença concessiva de mandado segurança, ressalvados, todavia, os casos de concessão de aumento ou extensão de vantagens, que deverão ser executados somente após o trânsito em julgado do decisum, nos termos do disposto no art. 5º, parágrafo único, da Lei 4.348/64 c/c o art. 2º-B da Lei 9.494/97.*

2. *O Superior Tribunal de Justiça consagra orientação segundo a qual a vedação à execução provisória contra a Fazenda Pública, prevista no art. 20.-B da Lei 9.494/1997, deve se limitar às hipóteses expressamente elencadas, não se aplicando nos casos de restabelecimento de parcela remuneratória ilegalmente suprimida, como na espécie. Precedentes do STJ (AgRg no Ag. 1.292.836/PI, relator Min. Herman Benjamin, DJe 14/9/2010).*

3. *Agravo interno a que se nega provimento.*

(AgInt no AREsp 894.495/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 29/03/2017)

Ante o exposto, **conheço parcialmente** do recurso especial e, nessa parte, **dou-lhe provimento** para determinar que a implantação das vantagens pleiteadas pela parte impetrante, ora recorrida, somente ocorra após o trânsito em julgado do *decisum* concessivo da segurança, nos termos do art. 2º-B da Lei 9.494/1997.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator